



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo: nº 34.561/2018-e

Origem: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG

Assunto: Tomada de Contas Anual - TCA.

Valor envolvido: R\$ 336.904.006,74.

Ementa: Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesas e demais responsáveis Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, exercício de 2017.

. Informação nº 171/2019 – SECONT/2ª DICONTE (Peça 31). Unidade Técnica propõe ao Tribunal que: (1) tome conhecimento da Tomada de Contas Anual em referência; (2) julgue regulares com ressalva as contas dos responsáveis que relaciona em decorrência das impropriedades indicadas no subitem 5 (a- Ativo – Saldos a regularizar e Passivo – Obrigações pendentes de regularização; b- Bens não localizados, bens em tomada de contas especial e bens em cessão de uso; c- Imóveis que se encontram ocupados por terceiros, edificações em mau estado de conservação, terrenos que se encontram sem demarcação e sem placa indicativa de propriedade e obras em andamento) do Relatório de Contas nº 33/2018-DIGOV/COIPP/COGEI/SUBCI/CGDF; (3) determine aos gestores da atual Secretaria de Estado de Economia do DF que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas; (4) considere quites com o erário distrital, quanto ao objeto desta TCA, os responsáveis que nomina; e (5) autorize o retorno dos autos à SECONT para adoção das providências cabíveis e arquivamento dos autos.

. Parecer nº 729/2019 – GP1P (Peça 33). Ministério Público de Contas opina em linha de convergência com as conclusões apresentadas pela SECONT.

. VOTO. Acolhimento, com ajuste redacional, das medidas alvitadas pela Unidade Técnica. Contas regulares com ressalva. Acórdão. Devolução dos autos à SECONT para adoção das providências cabíveis e arquivamento.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual, relativa ao exercício de 2017, dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da **Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG**, a seguir identificados:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Leany Barreiro de Sousa Lemos	Secretária de Estado	01.01 a 31.12.2017
Luciana Cristina Aguiar de Carvalho	Subsecretária de Administração Geral	31.08 a 04.09.2015

Na Informação nº 171/2019 (Peça 31), a 2ª Divisão de Contas da Secretaria de Contas deste Tribunal assinala que o órgão do Controle Interno, no subitem 5 do Relatório de Contas nº 33/2018-DIGOV/COIPP/COGEI/SUBCI/CGDF (Peça 21), consignou as seguintes falhas na gestão da SEPLANG/DF ora em consideração:

DESCRIÇÃO DA FALHA
Ativo – Saldos a regularizar Passivo – Obrigações pendentes de regularização
Bens não localizados Bens em tomada de contas especial Bens em cessão de uso (registro no SisGepat sem prévia manifestação da PGDF)
Imóveis que se encontram ocupados por terceiros Edificações em mau estado de conservação Terrenos que se encontram sem demarcação e sem placa indicativa de propriedade Obras em andamento

A Unidade Técnica, concordando com o órgão do Controle Interno, registra que tais falhas conduzem à aposição de ressalvas às contas em apreço. É o que se colhe da Instrução, *verbis*:

"4.4.4. Concordamos com as análises realizadas pelo Controle Interno quanto às falhas constantes dos subitens consignados no citado Relatório de Contas e indicadas no quadro contido no item 4.4.2 desta Informação,

4.4.5. Sendo assim, tem-se que as ocorrências identificadas na gestão dos responsáveis retratam falhas administrativas de natureza formal e/ou de baixa materialidade, tendo o Controle Interno dirigido recomendações/orientações à Pasta a fim de regularizar as situações identificadas, razão pela qual tais ocorrências podem imputar ressalvas às presentes contas."

Assim, para deliberação plenária, a 2ª DICON/SECONT sugere a adoção destas medidas:

"I. tome conhecimento da prestação de contas anual dos responsáveis pela SEPLAG, concernente ao exercício de 2017;

*II. julgue, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, regulares com ressalvas as contas anuais dos responsáveis **Leany Barreiro de Sousa Lemos**, CPF nº 490.644.281-15 (Secretária de Estado, período de 01.01 a 31.12.17), e **Luciana Cristina Aguiar de Carvalho**, CPF nº 455.109.701-20 (Subsecretária de*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Administração Geral, período de 01.01 a 31.12.17), em decorrência das impropriedades indicadas no subitem 5 (a- Ativo - Saldos a regularizar e Passivo - Obrigações pendentes de regularização; b - Bens não localizados, bens em tomada de contas especial e bens em cessão de uso; c - Imóveis que se encontram ocupados por terceiros, edificações em mau estado de conservação, terrenos que se encontram sem demarcação e sem placa indicativa de propriedade e obras em andamento) do Relatório de Contas nº 33/2018-DIGOV/COIPP/COGEI/SUBCI/ CGDF (e-DOC D2B07566-e, peça 21);

III. determine, com base no art. 19 da LC nº 1/1994, aos gestores da atual Secretaria de Estado de Economia do DF que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades indicadas no item II retro, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes;

IV. considere, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, e em consonância com o art. 24, incisos I e II, da LC nº 1/1994, quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os responsáveis nominado no item II;

V. autorize o retorno destes autos à Secretaria de Contas para as providências cabíveis e arquivamento dos autos."

Os autos foram ao Ministério Público de Contas, que opina em linha de convergência com o entendimento explicitado nas medidas alvitadas pela **SECONT**. É o que se pode colher do trecho do Parecer nº 729/2019-GP1P (Peça 33), subscrito pelo ilustre Procurador **Marcos Felipe Pinheiro Lima**, a seguir reproduzido:

"26. Como se observa, as falhas acima apontadas **não possuem gravidade suficiente para motivar a inclusão em audiência**, cabendo ressaltar ainda que a completa regularização imobiliária é morosa e, muitas vezes, depende de outras unidades do Complexo Administrativo Distrital.

27. Nesse sentido, considerando que as orientações e providências para sanar as irregularidades relativas aos imóveis já foram dirigidas à Unidade responsável, entendo pertinente a aposição de **ressalvas** na presente TCA, na linha do que foi proposto pela Área Técnica.

28. Em conclusão, as impropriedades constadas nos autos e apontadas na Informação nº 171/2019 - DICON/2ª não têm o condão de macular com **irregularidade** as contas anuais dos responsáveis indicados, revelando-se pouco graves e relevantes. Assim concordo com a proposta de julgamento das contas dos responsáveis como **REGULARES COM RESSALVAS**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

29. Ante o exposto, este **Parquet** especializado apresenta entendimento convergente com aquele manifestado na Informação nº 171/2019 – SECONT/2ª DICONT.”

É o relatório.

VOTO

Examina-se neste feito a Tomada de Contas Anual, relativa ao exercício de 2017, dos ordenadores de despesa e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - **SEPLAG**.

A Unidade Técnica da Corte e o Ministério Público de Contas manifestam-se, sem divergência, pela regularidade com ressalvas das contas em referência. Pugnam no sentido de que os nominados gestores sejam considerados quites com o erário distrital, em relação à matéria versada no presente processo, sem prejuízo de expedição de determinação à atual Secretaria de Estado de Economia do DF para que adote as medidas necessárias à correção das falhas formais apontadas pelo órgão do Controle Interno no Relatório de Contas nº 33/2018-DIGOV/COIPP/COGEI/SUBCI/CGDF.

Não vislumbro nos autos elementos que me conduzem a dissentir desse entendimento da Secretaria de Contas deste Tribunal e do *Parquet*.

As aludidas falhas têm natureza formal e não há indicação que tenham causado dano aos cofres públicos distritais, o que atrai a hipótese prevista no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/1994.

Assim, com ajuste redacional, acolho o encaminhamento proposto na Informação nº 171/2019-SECONT/2ª DICONT.

Diante do exposto, **VOTO** por que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento da Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesa e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - **SEPLAG**, concernente ao exercício de 2017;

II - com fundamento no art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, julgue regulares com ressalvas as contas anuais de **Leany Barreiro de Sousa Lemos** (Secretária de Estado, período de 01.01 a 31.12.17), e **Luciana Cristina Aguiar de Carvalho** (Subsecretária de Administração Geral, período de 01.01 a 31.12.17), em decorrência das impropriedades indicadas no subitem 5 (a- Ativo – Saldos a regularizar e Passivo – Obrigações pendentes de regularização; b - Bens não localizados, bens em tomada de contas especial e bens em cessão de uso; c - Imóveis que se encontram ocupados por terceiros, edificações em mau estado de conservação, terrenos que se encontram sem demarcação e sem placa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

indicativa de propriedade e obras em andamento) do Relatório de Contas nº 33/2018-DIGOV/COIPP/COGEI/SUBCI/ CGDF (e-DOC D2B07566-e, peça 21);

III - determine, com base no art. 19 da Lei Complementar nº 01/1994, aos gestores da atual Secretaria de Estado de Economia do DF que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades indicadas no item II retro, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes;

IV - considere, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.1998, e em consonância com o art. 24, incisos I e II, da Lei Complementar nº 01/1994, quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta Tomada de Contas Anula, os responsáveis nominado no item II;

V – aprove, expeça e mande publicar o acórdão que ora submeto à apreciação plenária; e

VI - autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências cabíveis e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2020.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

ACÓRDÃO Nº /2020

Ementa: Tomada de Contas Anual. Exercício 2017. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação aos responsáveis.

Processo nº 34.561/2018-e

Nome/Função/Período:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Leany Barreiro de Sousa Lemos	Secretária de Estado	01.01 a 31.12.2017
Luciana Cristina Aguiar de Carvalho	Subsecretária de Administração Geral	01.01 a 31.12.2017

Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG

Relator: Conselheiro **ANTONIO RENATO ALVES RAINHA.**

Unidade Técnica: Secretaria de Contas / 2ª Divisão de Contas

Síntese das impropriedades: Subitem 5 (*a- Ativo - Saldos a regularizar e Passivo - Obrigações pendentes de regularização; b- Bens não localizados, bens em tomada de contas especial e bens em cessão de uso; c- Imóveis que se encontram ocupados por terceiros, edificações em mau estado de conservação, terrenos que se encontram sem demarcação e sem placa indicativa de propriedade e obras em andamento*) do Relatório de Contas nº 33/2018-DIGOV/COIPP/COGEI/SUBCI/CGDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Determinação (art. 19 da LC/DF nº 1/1994): determine aos gestores da atual Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que adotem as medidas necessárias à correção das referidas impropriedades.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos artigos 17, II, 19 e 24, II, da Lei Complementar do nº 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº de

Presentes os Conselheiros:.....

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s).....

Representante do MP presente: Procurador

Presidente

Relator

Fui presente:

Representante do MP